

PATRÍCIA CORDEIRO: UMA VOZ INSUBMISSA NA REGIÃO NORTE DO BRASIL

Ana Doroteia Santos Dias

*Mestranda do Curso de Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres,
Gênero e Feminismos da Universidade Federal da Bahia- UFPA. E-mail:
anadoroteiadyaz@gmail.com*

Resumo

Este ensaio biográfico enfoca na trajetória da educadora Patrícia Maria da Silva Cordeiro, mulher cis, negra, lésbica, gorda, paraense, a partir de uma entrevista realizada no ano de 2020 cujo o enfoque é sua trajetória pessoal, atuação profissional e perspectivas para o presente e futuro. O presente ensaio etnográfico baseia-se na metodologia discutida por Hélio Silva (2009) e no conceito de experiência de Angela Figueredo (2020), demonstrando que “o pessoal é político” como afirma Patricia Hill Collins (2000), pois a experiência constrói o elo entre o pessoal, o individual e o coletivo. Assim, o ensaio segue o relato das experiências de Cordeiro entendendo que ao compartilhar sua experiência ela contribui para a produção de uma epistemologia insubmissa de mulheres negras.

Palavras-chave: lesbianidade; voz insubmissa; mulher negra.

Introdução

Segundo Hélio Silva (2009) a etnografia é forjada por três etapas: situar-se, observar e descrever, em seu texto ele destaca cada fase e a importância de sincronizar o andar, ver e escrever. No presente ensaio biográfico duas etapas etnográficas foram mais exploradas, ver e escrever, a partir da entrevista, transcrição e narração do que foi dito. Silva (2009) afirma que o ato de ouvir, ver e escrever nunca é neutro, a relação na interlocução é permeada pela autopercepção: “O significado pleno solar, social pode até ser prismático e múltiplo, mas será sempre constituído pelas tensões entre autopercepção e alterpercepção” (SILVA, 2009, p. 181). Nesse sentido, as perguntas feitas à entrevistada e a narrativa que consolida a redação dessa biografia não são imparciais, pois a etnografia, enquanto texto, nunca deixa de ser um olhar revisto.

Nesse contexto, escolher contar a história de Patrícia Cordeiro é uma forma de dar visibilidade para a narrativa de uma mulher amazônica, situada no Norte do Brasil, entendendo que essa história contribui na construção de uma epistemologia feminista negra, lésbica e decolonial. Como afirma Angela Figueiredo (2020):

O que destacamos agora é que não somente o gênero, a raça, a classe, e também a sexualidade, são elementos determinantes na configuração desses novos sujeitos ou novas sujeitas na produção do conhecimento. Destaquei a palavra sujeita, visto que essa atitude tem sido mais do que uma reivindicação, é uma prática política voltada para feminilizar e enegrecer a linguagem nos textos produzidos por autoras e autores negros neste novo milênio (FIGUEIREDO, 2020, p. 8).

Assim, a experiência de Patrícia lhe torna uma voz insubmissa na educação social e na produção de conhecimento. Sua história de vida se entrelaça com sua atuação profissional e como resultado ela corrobora para o surgimento de outras vozes insurgentes. A experiência pessoal, vivida e compartilhada é uma evidência muito importante, ela é a base da reflexão e teorização aqui forjadas. Essa proposta pensada a partir do feminismo negro decolonial inaugura um diálogo horizontal, tendo a empatia e a etnografia como métodos prioritários,

pois compreende a experiência como elo entre o pessoal, individual e o coletivo. Essa proposta desafia as perspectivas da ciência conservadora, se compromete com as transformações sociais e promove um diálogo dentro e fora da academia (FIGUEIREDO, 2020).

Patrícia Cordeiro

Patrícia Maria da Silva Cordeiro é uma mulher de 49 anos, cis, preta, lésbica, gorda e paraense, hoje faz questão de destacar seus marcadores sociais, seu lugar de origem e as características que a compõem. Nascida na periferia da cidade de Belém, no bairro da Sacramenta, é filha de mãe viúva, seu pai morreu antes do seu nascimento, têm três irmãs e dois irmãos, advinda de família com poucos recursos, sempre contou com ajuda dos avós. Ao longo de sua infância sua mãe casou-se novamente, o padrasto era um homem ausente, porém proporcionava ajuda financeira. Sua mãe sofria com o relacionamento conturbado, por essa razão aos 13 anos de idade Patrícia decidiu trabalhar como empregada doméstica na casa de sua tia, ela tinha o sonho de ver sua mãe livre daquele casamento.

Inserção no mundo do trabalho

O trabalho começou a ser presente na sua vida desde a adolescência. Na casa da tia, atuando como empregada doméstica, em uma dinâmica de subalternidade, onde percebeu as primeiras desigualdades sociais nesse ambiente que poderia ser visto como familiar, mas que foi constituído por relações hierárquicas de poder. Além disso, passou a conviver com outros padrões comportamentais, começou a ouvir comentários sobre seu corpo gordo e seu cabelo cacheado. Sua prima com quem convivia estava sempre na luta contra o peso corporal e possuía alguns distúrbios alimentares. Patrícia faz parte de uma família com histórico de obesidade, relacionava a comida a um prazer curador de ausências, ainda relata a lembrança de vários episódios nos quais estava triste e lhe davam comida para que ficasse alegre.

Nessa imersão adolescente cujo seu referencial se transformava, tinha sua tia e prima como modelos a seguir. Assim, passou a fomentar o ódio a seu próprio corpo, juntava dinheiro para comprar remédios de emagrecimento, comia menos, seguia outro comportamento para conseguir se encaixar, mas começou a sofrer com desmaios,

fraquezas. Destaca que conseguiu emagrecer, porém se sentia muito mal. Ela afirma “nos momentos em que estive mais magra, mais perto do padrão, foram as vezes que menos estive feliz”, pois não se reconhecia naquele corpo. Tendo sua tia e prima como referências, queria parecer com elas, e lhe diziam para alisar o cabelo, para emagrecer, reproduziam o racismo e a gordofobia de formas silenciosas, mas lhe afetavam efetivamente.

Patrícia não tinha identidade de mulher negra, foi algo que lhe aconteceu nos últimos 10 anos, antes disso, sempre esteve inserida na lógica da cultura branca ocidental: “ninguém nunca falava sobre ser preta, na família ninguém nunca abordou o assunto, é igual a história do armário, não é só quando você não assume que é lésbica, mas também quando você silencia, quando se esconde de determinado recorte da sua identidade, é como estar em algum compartimento do armário”. Ao reconhecer sua identidade racial, Patrícia começou a situar-se dos marcadores e opressões sociais que atravessam seu corpo, a chamada perspectiva interseccional.

O conceito de interseccionalidade, tal como formulado pela feminista afro-americana Kimberlé Crenshaw (2002, p. 177), trata da “[...] forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras” (FIGUEIREDO, 2020, p. 12).

A biografada narra que tinha dentro de si um sentimento de justiça, percebia a diferença de classes, achava anormal essa realidade desigual, na transição da adolescência para juventude ela tinha vontade de participar de algo. Então participou de um grupo católico chamado “Os vicentinos”, mas não se encontrava ali, os rituais e as regras não lhe agradavam, porém conviver com a juventude lhe encantava.

Diante disso, é possível perceber que Patrícia em alguma medida vivenciou a experiência de *outsider within*¹, conceito formulado por Patricia Hill Collins (2016), no qual a autora utiliza-se do exemplo

1 O termo *outsider within* não tem uma correspondência inquestionável em português, por isso optou-se por manter o termo original. Possíveis traduções do termo poderiam ser “forasteiras de dentro”, “estrangeiras de dentro” (COLLINS, 2016, p. 99).

das empregadas domésticas, que na condição de outro racializado e inferiorizado, convivem e compreendem os códigos e condutas das famílias de classe financeiramente superior, sem fazer parte dela.

Essa condição permitiu e permite que as trabalhadoras domésticas possam ver a elite branca a partir de outra perspectiva, não acessível a mulheres e homens brancos, nem a homens negros. A posição de outsider within ocupada pelas trabalhadoras domésticas reflete, por um lado, a configuração de uma subjetividade feminina negra marcada pela negação, quer seja da infância, do afeto, da convivência familiar e dos direitos de cidadania assegurados pelo Estado e, por outro, indica uma permanente luta por resistir e (re)existir, no sentido de reinventar a si mesma. Essa posição subalternizada se configura como um espaço importante para observar a realidade (FIGUEIREDO, 2020, p. 13-14).

Seu primeiro trabalho fora do ambiente doméstico foi na Organização não Governamental Movimento República de Emaús, seu primeiro lugar de militância. Ela foi para uma ação anual chamada “Grande Coleta” cujo objetivo é angariar fundos para a instituição, depois passou a ir aos fins de semana para participar de atividades com a comunidade, no bairro do Jurunas, área periférica de Belém. Em um desses eventos a coordenação gostou de sua oratória e o coordenador da atividade lhe incentivou a participar de um treinamento para ingressar na ONG, ela fez uma entrevista e passou, em abril de 1992. Sendo este seu primeiro emprego como educadora social, Patrícia lembrou no meio da entrevista que em 2022 fará 30 anos atuando nessa área e ficou feliz por colocar em perspectiva seu percurso profissional.

No Emaús, aos 21 anos de idade ela passou a desenvolver ainda mais a comunicação, ali ela conseguia sentir-se pertencente. Hoje ela avalia que sempre teve o espírito de educadora, permaneceu por 9 anos na instituição, trabalhou em vários setores sempre envolvida com crianças e adolescentes. Entrou em 1992 e saiu em 2001, em um momento no qual o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, estava sendo aprovado, trabalhou com a instauração do estatuto nas comunidades, diretamente com as famílias, desconfigurando a lógica estabelecida de que este era um instrumento para proteção de infratores, ela relembra ter sido uma grande experiência.

Nesse período Patrícia não possuía graduação, queria ser psicóloga e quando saiu da casa da tia com 19 anos tentou fazer cursinho

pré-vestibular, mas a situação financeira sempre fora apertada, mesmo com a ajuda de seu avô ainda era difícil conciliar estudos e trabalho. Quando não passou no vestibular resolveu se dedicar exclusivamente ao trabalho, ao longo dos nove anos de Emaús ela foi o sustento principal de sua família, era a única renda fixa da casa, dava 70% de seu salário para a mãe. Nessa configuração, demorou muito para usufruir individualmente de seu próprio dinheiro.

Depois do movimento de Emaús, foi assessora parlamentar de um vereador. Nesse momento, embora tenha trabalhado com comunidades, e tendo sido bem remunerada, foi um trabalho desgastante profissionalmente. No final de 2002 resolveu fazer faculdade de pedagogia, nesse período houve a instauração da Lei que regulamentava professores e professoras magistrados, cursou a Faculdade Vale do Acaraú, em uma formação para professores com experiência na docência e pela sua trajetória, se enquadrava nesse perfil. A graduação teve duração de dois anos.

A partir disso, teve a experiência de trabalhar no nordeste do Pará como diretora pedagógica, e posteriormente na Secretaria de Educação. Porém, retornou à Belém pois sentia que sua área de atuação era entrelaçada aos movimentos sociais. Fez seleções, participou de um projeto com agricultores familiares, depois participou de um projeto com crianças e adolescentes da comunidade do Panorama XXI e no bairro da Cabanagem, no centro social Santa Edwirges durante um ano.

Após essa experiência foi trabalhar com egressos do sistema penal na Fábrica Esperança, criada em 2006 com o intuito de reinserir na sociedade os ex-detentos, proporcionando capacitação na produção de serigrafia, confecção, serviços gerais e panificação. Devido ao contexto de recém liberdade, era necessário que eles recebessem motivação externa para concluir a formação e alcançar a reinserção social, e Patrícia cumpria essa missão, coordenava e influenciava positivamente os funcionários. Nesse emprego ela reencontrou adultos alguns dos meninos que havia trabalhado no Emaús quando eram crianças e adolescentes.

Em 2011, foi fazer uma prestação de serviço no Instituto Universidade Popular – UNIPOP, trabalhou com jovens cumpridores de medidas socioeducativas. Ela promovia rodas de conversa sobre ética e direitos humanos, foi seu primeiro contato mais extenso com jovens, pois ao longo de sua trajetória como educadora seu público

era formado por crianças e adolescentes. Hoje ela é a Coordenadora do Instituto UNIPOP, sua motivação ao trabalhar com os jovens lhe levou a se inserir cada vez mais na instituição. Afirma ser seu espaço de maior gozo profissional, não por ser o trabalho com maior retorno financeiro, mas por estar envolvida com jovens em um estágio de maturação pessoal muito satisfatório. Na UNIPOP trabalha-se com empoderamento, formação sócio-política, retirando diversas vivências da invisibilidade. Em 2012-2013, quando Patrícia ingressou efetivamente na UNIPOP, os debates centrais proporcionados eram questões raciais, abordando racismo, feminismo negro e genocídio da população negra.

A instituição incidia diretamente contra o extermínio/genocídio da população negra nas comunidades de Belém, era uma demanda urgente pois os assassinatos de jovens negros eram muito frequentes nas periferias da cidade, a violência policial causava comoção internacional. Muitos jovens que passaram por esse processo de formação hoje formam outros jovens, criaram marcas e grupos, ascenderam socialmente, tornaram-se acadêmicos, empreendedores, ativistas. A UNIPOP sempre presou pelo fortalecimento da democracia e dos movimentos sociais.

A partir de 2015 a UNIPOP, diante da coordenação de Patrícia, insere novas demandas de debates e incidências, surgindo a necessidade de discutir a violência contra a mulher, o feminicídio, a violência intrafamiliar, o público da instituição se renova e inserem-se novos integrantes LGBTQIA+ trazendo demandas cujas pautas perpassam a sexualidade e o gênero. Esse público em conjunto a atuação de Patrícia promoveu uma repaginação da instituição, hoje a UNIPOP é formada por educandos transgêneros, cis gêneros, agêneros, nas suas mais diversas expressões de sexualidade e diversidade. A prática da instituição modificou-se, surgiram novas parcerias, a reestruturação física do ambiente como a inserção dos banheiros sem demarcação de gênero, a formação dos funcionários para abranger a necessidade dos educandos, tornando o ambiente mais diverso, receptivo e inclusivo.

Lesbianidade como identidade

A primeira vez que Patrícia ouviu que era bonita foi quando tinha 21 anos, pela sua primeira namorada. Ao receber elogios, Patrícia buscava justificativas para aquele olhar admirado. Sentia que a namorada

estava querendo agradar, mas foi a partir desse marco que começou a se questionar de fato “Será que sou bonita mesmo?” “Por que não poderia ser bonita enfim?” passou a se enxergar como uma mulher que podia despertar desejos, esse movimento lhe deu perspectivas “ah eu existo, alguém me vê como mulher”.

Seu primeiro relacionamento lésbico durou cerca de nove anos, tinha uma configuração do que hoje se conhece como “relacionamento aberto”, ou seja, viveu outras relações concomitantes a essa. Ser lésbica durante muitos anos não era algo que lhe compunha, era uma condição existente, não via sua sexualidade como parte de sua identidade. Hoje ela não é apenas mulher, é uma mulher “mãe, negra, gorda, lésbica e nortista”, se entende como um conjunto de marcadores sociais e sente-se completa, na época era somente Patrícia. Com a demora pela sua autodefinição, ela reconhecia uma lacuna nos movimentos sociais, lutava para que seus interlocutores vivessem a existência de forma plena, mas esse olhar tinha limitações quando se tratava de si.

Patrícia destaca que esse silenciamento foi uma lacuna na sua formação enquanto educadora, não havia alguém para cuidar do educador. Nos primeiros anos de seu relacionamento ela chegou a esconder da instituição na qual trabalhava, mas depois que “assumiu” o namoro ninguém falava sobre, ninguém perguntava sobre, havia um silêncio ao redor disso, ela também se colocava nessa posição. Hoje reafirma a existência de sua companheira sempre e em todos os espaços. Ao percorrer sua trajetória percebe alguns pontos que poderiam ser modificados. Enquanto educadora ela vê que sua afirmação também se torna referência, não é algo banal, pode ampliar espaços, é representatividade.

Não é somente sobre falar, é sobre mergulhar, viver, como superar essa barreira? Como mergulhar nisso e entender a sexualidade como parte integrante de mim? Em que medida os espaços de militância por mais inclusivos que se disponham tornam o ambiente ideal pro funcionário, para que se afirme a sexualidade, seu corpo gordo, sua cor? Como que não se enxerga isso? Não basta só não ter um comportamento agressivo, violento, os silêncios, as expressões faciais também são agressões. Imagina você existir sem falar de quem você é, das suas dores, dos seus

amores, são formas de silenciamento (PATRÍCIA CORDEIRO, 2020).

Patrícia se vê como catalisadora desse processo de formação, enquanto coordenadora de um projeto se preocupa com as nuances de cada vivência, tenta incidir do micro ao macro. Ela acredita que sempre declarar ser mulher, lésbica, gorda, afirmar sua família formada de duas mulheres e uma filha registrada com o nome de duas mães, propõe um encontro mais abrangente e horizontal em relação aos alunos. Faz questão de conhecer os educandos, se apresentar, tornar-se referência, ser para além de coordenadora, uma pessoa disposta a ajudar, a ouvir e abraçar quem precise. Ela faz questão de reiterar pautas LGBTQIA+, por entender que essa luta derruba muros, inaugura novas perspectivas sociais.

Audre Lorde (1977) propõe a ruptura desse silêncio com uma proposição objetiva, dolorosa, no entanto motivadora “o silêncio não vai te proteger”, falando ou silenciando, você ainda vai ser submetida as amarguras da vida, mas o silêncio pode tornar tudo mais doloroso.

No silêncio, cada uma de nós desvia o olhar de seus próprios medos – medo do desprezo, da censura, do julgamento, ou do reconhecimento, do desafio, do aniquilamento. Mas antes de mais nada acredito que tememos a visibilidade, sem a qual entretanto não podemos viver, não podemos viver verdadeiramente. Neste país em que a diferença racial cria uma constante, ainda que não seja explícita, distorção da visão, as mulheres Negras temos sido visíveis por um lado, enquanto que por outro nos fizeram invisíveis pela despersonalização do racismo. Ainda dentro do movimento de mulheres tivemos que lutar, e seguimos lutando, para recuperar essa visibilidade que ao mesmo tempo nos faz mais vulneráveis: a de ser Negras (LORDE, 1977, p.23).

Hoje Patrícia sente o reconhecimento de sua trajetória e tem a convicção de que já salvou muitas vidas. Tem uma companheira de trabalho que é jovem e facilita a relação com os educandos em áreas que ela não alcança por conta da diferença geracional. Nesse intento, ela não trabalha somente formando, mas ouvindo sobre a fome das pessoas, das dores, das relações familiares, sobre as violências cotidianas, tenta ser um curativo nessas feridas, se sente muito amada,

muito querida, sendo referência para muitos jovens, sente que teve uma trajetória bonita e se vê em seu melhor momento.

Trabalhar com formação popular é também entender que as pessoas têm fome de comida, fome de justiça, de amor, eu sinto Paulo Freyre dentro de mim, sinto que ele habita em mim, nas minhas atitudes, eu não alfabetizo para aprender a ler e escrever, eu alfabetizo pro mundo, pra leitura de sociedade, pras relações sociais, e isso mais do que ajudar o outro, ajuda a mim, é uma relação de saldo mútuo. Tenho uma crença plena no ser humano, nas juventudes, na potência das juventudes (PATRÍCIA CORDEIRO, 2020).

A melhor fase desse trabalho vem do percurso, da experiência, do que aprendeu com as juventudes. Não se trata do status que alcançou, e sim das mudanças pessoais que acompanharam esse processo. “Eu consegui ser coordenadora de uma instituição, me formar como pedagoga, mesmo sendo pobre, negra, gorda e lésbica, se eu consegui isso tu vais conseguir ser tudo” afirma para seus educandos. Se tornar referência para esses jovens é um presente que os quase 30 anos de trabalho como educadora social lhe proporcionam.

Ser lésbica hoje é um orgulho, não abre mão dessa identidade, ouvir “Sapatão” é uma poesia em seus ouvidos, reconhece as mudanças que o termo sofreu, mas acredita ser hoje um elo entre sua sexualidade/identidade e a linguagem de sua comunidade. Ela gosta de cerveja, de barulho, riso alto, essa composição da periferia e da sapatão periférica lhe satisfaz, “se nascesse dez vezes, nas dez, queria nascer sapatão”. Ela reflete que desejaria pular algumas etapas, enfrentar menos conflitos, não romantiza as violências que permeiam a vivência lésbica, observa que sua independência financeira desde a adolescência lhe protegeu de diversas violências diante da sexualidade. Nunca pôde se permitir errar demais, ir pra muitas festas, pois a obstinação por fazer sua mãe menos infeliz era a prioridade, assim, ela estava ali “garantindo meia porta aberta do armário”. A afirmação como sapatão é um posicionamento político consciente, um escolha também libertadora diante do sistema opressor que produz violências para os corpos lésbicos, como afirma Dorotea Gómez Grijalva:

Parafraseando Norma Mogrovejo (2000), me assumo lésbica política porque rejeito de maneira consciente o patriarcado e os papéis tradicionais designados às

mulheres e porque me rebelo contra as limitações impostas a nós, mulheres, com relação ao controle de nossa própria vida. Prefiro viver meu lesbianismo em vez de negá-lo e submeter meu corpo à lógica heterossexual. Em especial porque assumo que o fato de repensar como quero tocar a vida com meu corpo implica, necessariamente, respeitar o que me dá prazer sexual, espiritual e emocional (GRIJALVA, 2012, p.32).

Dorotea Grijalva, assim como Patrícia, entende seu corpo como território político, e isso lhe dá o direito de escolhas, ter domínio sobre sua existência foi um direito negado pelo colonialismo e lhe é caro por estar situada no Sul Global. Fazer de sua sexualidade e de seu corpo um território político rompe com a lógica normativa, e inaugura uma outra perspectiva sobre si.

Sua primeira namorada era lida como amiga pela família, seu segundo relacionamento mais longo também não havia afirmação explícita da sexualidade, mas hoje seu relacionamento é explicitado, destacado, divulgado, enaltecido “minha companheira”, “minha noiva” e “minha futura esposa”. Hoje estão noivas e ela está muito realizada, se vê sapatão em um mundo de cores, sua filha é educada para falar disso com orgulho, entender sapatão como elogio, falar disso com leveza e ser feliz, que suas infelicidades sejam por outras razões. Ser mãe foi a maior realização de sua vida, ela achava que era apenas um desejo, mas afirma que esse foi o maior encontro pessoal já vivido.

Hoje, aos 49 anos, reflete sobre a divergência geracional com os jovens, se questiona se vai conseguir acompanhar todas as mudanças instantâneas que perpassam a juventude, se questiona se é coerente, por outro lado ela percebe que ainda é muito essencial nesse trabalho. Se define uma mulher feliz, fez tudo que queria, não do jeito que queria, mas fez. Sente que muito ainda está por vir.

“Eu acho que ser ponte pra juventude nesse momento de tantos anseios, tantos desejos, é muito do caralho, se existir céu, eu acho que vou pro céu” (PATRÍCIA CORDEIRO, 2020).

Considerações finais

A entrevista com Patrícia Cordeiro suscitou questões essenciais que perpassam as lesbianidades, a vivência de mulheres negras e a

experiência de ser uma mulher amazônida e nortista. Democratizar sua história de vida, seus anseios e expectativas torna visível sua contribuição para a formação das juventudes, promove um movimento pensando por bell hooks, a perspectiva de ir da margem ao centro, adentrando os espaços de formação, se inserindo e modificando realidades marginalizadas pela classe, raça, gênero, geração ou sexualidade.

Patrícia nos convida a entender a complexidade dos armários impostos sobre os mais diversos grupos, na sua experiência ela saiu do armário de seu corpo gordo, negro e lésbico. Que outros armários invisíveis nos aprisionam? Ao demonstrar êxito em sua trajetória de luta, a educadora nos convida à liberdade, ao auto-conhecimento, a entender nossas identidades e torna-se referência para que mais vozes insubmissas floresçam no concreto das epistemologias hegemônicas, rompam com a lógica patriarcal e prosperem numa produção feminista negra e decolonial.

Agradecimentos

Agradeço ao Curso de Extensão “Teorias Feministas e Lesbianidades” promovido pelo grupo GIRA atrelado ao Núcleo de Estudos sobre as Mulheres – NEIM/UFBA, o qual proporcionou como proposta de trabalho final a oportunidade de escrever sobre uma mulher lésbica com grande impacto social na vida individual ou pública das cursistas.

Agradeço à Patrícia Cordeiro pela entrevista e por permitir que eu torne pública sua trajetória. Por ter rompido silenciamentos e abraçado de corpo e alma tantas vidas, inclusive a minha. Obrigada por ser minha referência e minha inspiração.

Referências bibliográficas

COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Estado e Sociedade**. Vol. 31, Nº. 1 Janeiro/Abril 2016.

FIGUEIREDO, Angela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. **Revista Tempo e Argumento**, [S.L.], v. 12, n. 29, p.01-24, maio 2020.

GRIJALVA, Dorotea Gómez. **Meu corpo um território político**. Tradução: Sandra Bonomini. Zazie Edições. 2012.

LORDE, Audre. A transformação do silêncio em linguagem e ação. In: **Associação de Línguas Modernas, painel Lésbicas e literatura**, 1977. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/a-transformacao-do-silencio-em-linguagem-e-acao/>> acesso em: 11 dez. 2020.

SILVA. Hélio R. S. A situação etnográfica: andar e ver. **Horizontes Antropológicos**. vol.15 n.32 Porto Alegre: Jul/Dec. 2009. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832009000200008>. Acesso em: 11 dez. 2020.